



PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA: POLÍTICA PÚBLICA PARA O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM MATO GROSSO?

PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA: PUBLIC POLICY FOR THE STRENGTHENING OF RURAL EDUCATION IN MATO GROSSO?

PROJOVEM CAMPO SABERES DA TERRA: ¿POLÍTICA PÚBLICA PARA EL FORTALECIMIENTO DE LA EDUCACIÓN RURAL EN MATO GROSSO?

Cleuza Aparecida de Santana Gonçalves



Mestrado em Ensino

(IFMT/UNIC)

Secretaria Estadual de Cultura - MT

cleuzagoncalves0412@gmail.com

Edione Teixeira de Carvalho



Doutora em Ciências Pedagógicas (UCLV, Cuba)

Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (IFMT)

Professora do Programa de Mestrado Acadêmico em Ensino (IFMT/UNIC)

edione.carvalho@ifmt.edu.br

Marcelo Franco Leão



Doutor em Educação em Ciências (UFRGS)

Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (IFMT)

Professor do Programa de Mestrado Acadêmico em Ensino (IFMT/UNIC)

marcelo.leao@ifmt.edu.br

Resumo

O ProJovem Campo Saberes da Terra buscou proporcionar formação integral do jovem do campo por meio de atividades curriculares e pedagógicas, que consideraram as especificidades e as condições de vida dos jovens agricultores familiares, consoante com as Diretrizes Curriculares para a Educação do Campo. Esse estudo teve como objetivo refletir sobre a importância do ProJovem Campo Saberes da Terra e o currículo desenvolvido por essa política pública em Mato Grosso em suas duas edições. Trata-se de um estudo descritivo e exploratório, de abordagem qualitativa, que recorreu as legislações e literatura sobre o assunto, bem como a análise do Projeto Político Pedagógico do Programa. Em síntese, foi possível perceber que essa política pública deixou significativas contribuições para a Educação do Campo, seja para fortalecer e desenvolver metodologias adequadas às especificidades da EJA no campo e na organização curricular e metodológica adequadas às características e realidades da vida dos povos do campo.

Palavras-chave: Currículo. Educação do Campo. Política Pública.

Recebido em: 12 de outubro de 2022.

Aprovado em: 17 de março de 2023.

Como citar esse artigo (ABNT):

GONÇALVES, Cleuza Aparecida de Santana; CARVALHO, Edione Teixeira de; LEÃO, Marcelo Franco. ProJovem Campo Saberes da Terra: Política Pública para o fortalecimento da Educação do Campo em Mato Grosso? **Revista Prática Docente**, v. 8, n. 2, e23039, 2023.

<http://doi.org/10.23926/RPD.2023.v8.n2.e23039.id666>



Abstract

ProJovem Campo Saberes da Terra sought to provide comprehensive training for young people from the countryside through curricular and pedagogical activities, which considered the specificities and living conditions of young family farmers, in line with the Curriculum Guidelines for Rural Education. This study aimed to reflect on the importance of ProJovem Campo Saberes da Terra and the curriculum developed by this public policy in Mato Grosso in its two editions. This is a descriptive and exploratory study, with a qualitative approach, which used the legislation and literature on the subject, as well as the analysis of the Program's Pedagogical Political Project. In summary, it was possible to perceive that this public policy made significant contributions to Rural Education, whether to strengthen and develop methodologies appropriate to the specificities of EJA in the countryside and in the curricular and methodological organization appropriate to the characteristics and realities of life of rural people.

Keywords: Curriculum; Countryside Education; Public Policy.

Resumen

ProJovem Campo Saberes da Terra buscó brindar formación integral a jóvenes del campo a través de actividades curriculares y pedagógicas, que consideraron las especificidades y condiciones de vida de los jóvenes agricultores familiares, en línea con las Directrices Curriculares para la Educación Rural. Este estudio tuvo como objetivo reflexionar sobre la importancia de ProJovem Campo Saberes da Terra y el currículo desarrollado por esta política pública en Mato Grosso en sus dos ediciones. Se trata de un estudio descriptivo y exploratorio, con abordaje cualitativo, que utilizó la legislación y la literatura sobre el tema, así como el análisis del PPP del Programa. En síntesis, se pudo percibir que esta política pública hizo aportes significativos a la Educación Rural, tanto en el fortalecimiento y desarrollo de metodologías adecuadas a las especificidades de las EJA en el campo como en la organización curricular y metodológica adecuada a las características y realidades de vida de las gente rural.

Palabras Clave: Reanudar. Educación de Campo. Política pública.



1 INTRODUÇÃO

A presente reflexão inicia pela necessidade da Educação do Campo valorizar, manter e perpetuar saberes e vivências culturais considerando as particularidades que formam a identidade e a história das comunidades do campo, com o objetivo de atender suas especificidades, de fortalecer a educação por meio de alternativas democráticas, sustentáveis e éticas, conforme os marcos legais.

A Educação do Campo é uma modalidade do ensino voltada para atender as especificidades dos povos que vivem no campo, em seus diferentes territórios. O termo Educação do Campo foi criado a partir da 1ª Conferência Nacional de Educação Básica do Campo, em 1990, com objetivo de discutir questões que surgiram no 1º Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA). Como resultado desse encontro, surgiu o conceito da Escola do Campo, diferente do conceito de Escola Rural. De fato, a Educação do Campo se contrapõe ao termo rural, pela contradição quanto a visão que essa tem dos trabalhadores do campo, pensada de forma estereotipada e desvalorizada para àqueles que habitam as áreas do campo, como atrasados e destituídos de valores e de cultura. No campo há educação, cultura e seus sujeitos são produtores de saberes.

Ferreira e Brandão (2011) destacam o descaso e a forma com que os governantes ao longo da história trataram a educação voltada ao campo, denominada como educação rural. No entanto, o governo deveria garantir o acesso, a permanência, a continuidade e a conclusão dos estudos à população do campo, propor ações efetivas para reduzir os índices de analfabetismo, elevar a escolaridade dos sujeitos do campo, ações para superar as defasagens históricas de acesso à educação escolar pelas populações do campo.

Nesse contexto, a Educação do Campo precisa ser pensada a partir do reconhecimento dos grupos invisibilizados, visto que os saberes, as técnicas e as identidades desses sujeitos foram silenciadas nos currículos. Assim, realizando um contraponto, a escola do campo precisa valorizar a diversidade, buscar desenvolver o exercício da cidadania, autonomia, responsabilidade e consciência crítica de seus estudantes.

A Educação do Campo é uma proposta abrangente que visa à formação do homem do campo e à valorização no que diz respeito ao espaço, tempo e modelo de currículo, que mobilize as atividades campestres abrangentes a toda a família, bem como as estratégias para o desenvolvimento sustentável.



Os processos educativos não são exclusivos das escolas, há um currículo externo que precisa ser considerado, como por exemplo a transmissão dos saberes, por meio da oralidade, da difusão de técnicas agrícolas passadas de geração em geração de forma coletiva, se constituem práticas educativas nas comunidades do campo, tornando imprescindível que a escola acolha e repasse esses conhecimentos, ao contrário de negá-los ou silenciá-los.

Instituídas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, por meio da Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002, a Educação do Campo foi conceituada como sendo o exercício da cultura, das práticas sociais, que buscam construir uma educação de qualidade resultante de políticas que valorizem o povo que vive no campo, respeitando seu modo de vida, seus costumes e suas crenças (BRASIL, 2002).

Destarte, a Educação do Campo se compromete com um projeto político pedagógico com referência à superação de todo processo de desigualdade, sendo assim, uma ação educativa do campo é indissociável da luta pela democratização do acesso e uso da terra, das águas e das florestas, dos bens, dos direitos, dentre eles, a produção e o uso do conhecimento.

De forma resumida, podemos dizer que a Educação do Campo está comprometida com os princípios que consideram o estudante com o protagonismo dos sujeitos coletivos, a luta pela educação de qualidade e o compromisso com a construção do campo e da cidade como espaços de produção da vida de forma sustentável. Assim, o problema que norteou esse estudo foi: Qual a importância do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Campo Saberes da Terra e como foi organizado o currículo dessa política pública no estado de Mato Grosso?

Frente ao exposto, o presente estudo teve como objetivo refletir sobre a importância do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Campo Saberes da Terra e o currículo desenvolvido por essa política pública no estado de Mato Grosso em suas duas edições.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À REALIDADE DO CAMPO

A Educação do Campo é fruto da luta pela reforma agrária, ou seja, pode ser considerada como um projeto popular brasileiro na conquista da terra. A luta pela Educação do Campo só foi possível pela articulação dos movimentos sociais camponeses, pela mobilização e construção da luta pela terra e por pensar em um outro projeto de desenvolvimento para a sociedade, diferente do projeto do agronegócio excludente e capitalista (SENRA, 2014).

A Constituição Federal de 1988 é uma importante conquista na defesa da educação e dos direitos sociais. Entretanto, a Carta Magna não traz em seu conteúdo referência direta à Educação do Campo e, sim, a educação de um modo geral. Assim, no Art. 205 garante que a



“educação é direito de todos e dever do Estado e da família” e o Art. 206 diz que o ensino deve ser embasado nos seguintes princípios: “I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola” (BRASIL, 1988).

Após a Constituição de 1988, houve uma ampliação das emendas constitucionais, das diretrizes e dos pareceres e resoluções, dentre as quais pode-se citar o Art. 28 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o qual reconhece a diversidade sociocultural na educação brasileira, proporcionando, assim, a formulação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 1996).

Entretanto, é notório que a educação da população campesina ainda não é prioridade, principalmente quando se verifica que a “adequação à natureza do trabalho na zona rural” – parte extraída do Artigo 28 da LDB – evidencia o trabalho como auxiliar na produção econômica do capital. Além disso, essa ideia é reforçada também no trecho que se refere à adequação escolar à época de plantio e colheita no campo, no qual prioriza-se a formação para o trabalho e não para o crescimento intelectual da população que vivem e sobrevivem no campo (BRASIL, 1996).

Essa adequação ao trabalho produtivo foi resultado de lutas propostas pelos movimentos sociais, uma vez que a concepção de formação humana ainda é uma perspectiva, um ideal ainda inalcançado. Ainda existe uma incongruência entre a Lei e o que de fato acontece na prática, o que representa para os movimentos sociais do campo.

Nesse sentido, é necessário respeitar as propostas pedagógicas do campo e estas por sua vez, contemplar as diversidades existentes em todos os seus aspectos, sociais, culturais, políticas, econômicas, de gênero, geração e etnia, conforme pontuado nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (BRASIL, 2002). Em linhas gerais, pode-se observar por meio dos marcos legais instituídos, que a Educação do Campo está comprometida com os princípios que considerem o estudante como protagonista dos sujeitos coletivos, comprometida com a luta por uma educação de qualidade e com a construção do campo e da cidade como espaços de produção da vida sustentável.

Nota-se que os movimentos sociais de trabalhadores do campo foram se fortalecendo nos últimos anos, com vistas a fomentar o avanço do direito à educação, impelindo o Estado brasileiro a implementar políticas públicas de Educação do Campo. Um exemplo é o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), que surgiu em um contexto de grandes mobilizações e visibilidade da luta pela terra e pela Reforma Agrária no país, protagonizadas



por diferentes movimentos sociais, com destaque para o MST e docentes de universidades federais do Brasil – principalmente após massacres de Sem Terra ocorridos nos anos de 1995 e 1996, que culminaram com a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, em 1997, e o I Encontro Nacional dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA), em 1998 – que o Pronera foi criado (MOLINA, 2003).

Houve muitas contribuições do Programa enquanto política pública da Educação do Campo. O Pronera – por meio do acesso à educação em todos os níveis do ensino – colaborou para a formação profissional em cursos de nível médio e superior – através de cooperação com as universidades do país –, contribuiu para que as identidades dos povos do campo sejam consolidadas e fortalecidas, contribuiu para a redução do índice de analfabetismo, por meio de cursos de alfabetização de jovens e adultos, sem contar em diversos cursos de nível médio, resultados da procura pela profissionalização, com vistas a formação de jovens para a liderança das comunidades camponesas (MOLINA, 2003).

Apesar das inúmeras contribuições do Pronera para a população do campo, o Decreto 10.252/2020, de 21 de fevereiro de 2020, alterou a estrutura regimental do INCRA e suas competências quanto a sua formulação. Com a mudança, as políticas agrárias passam a ser subordinadas ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), com destaque a destinação das terras públicas, a seleção de famílias para assentamentos de Reforma Agrária e a normatização e formação de grupos para elaboração de estudos de identificação e demarcação de terras remanescentes de quilombos. Não obstante, houve manifestação do Fórum Nacional de Educação do Campo quanto a essa medida tomada pelo governo atual. A formalização de diretrizes e programas para que os direitos dos estudantes sejam garantidos são importantíssimos. Porém, é fundamental um acompanhamento das organizações sociais no atendimento às escolas do campo e a exigência de cobrança do poder público quanto o cumprimento da legislação.

Na análise desse Programa de Educação, compreendemos que ele constitui uma das principais referências de um modelo de Educação do Campo que resistiu e avançou em diversas frentes e em diversas instituições, quando concebe essa modalidade de ensino de forma integrada, não separando o sujeito de seu território, reconhecemos seus princípios alinhados à Educação do Campo, e reconhecemos também sua influência nas políticas educacionais do nosso país (BRASIL, 2011).



O Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) foi criado pelo Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, e instituído por meio da Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013. Lançado em março de 2012, tinha como propósito oferecer suporte técnico e financeiro para viabilizar as políticas públicas no campo. Constitui-se em um conjunto de ações com vistas ao acesso e permanência na escola. Essas ações visam assegurar a melhoria do ensino nas redes existentes além da formação dos professores, produção de material didático específico, acesso e recuperação da infraestrutura e qualidade na educação no campo em todas as etapas e modalidades (BRASIL, 2013).

Por meio da Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002, foram instituídas as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo, no qual a Educação do Campo foi conceituada como sendo o exercício da cultura, das práticas sociais, que buscam construir uma educação de qualidade resultante de políticas que valorizem o povo que vive no campo, respeitando seu modo de vida, seus costumes e suas crenças (BRASIL, 2002). Dessa forma, destaca-se a Educação do Campo como política pública de direito aos povos do campo, e, nesse viés, evidencia-se o ProJovem Campo, como valiosa política pública, posto que representa uma proposta de Educação do Campo integrada e contextualizada aos povos camponeses.

Por meio da Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008, foi instituído o ProJovem Campo Saberes da Terra, o qual foi um dos principais programas de inclusão de jovens e adultos, implementado em 2005, no qual se denominava Saberes da Terra e, dois anos depois, foi integrado ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), cuja gestão é da Secretaria Nacional de Juventude, possuindo outras três modalidades, ProJovem Adolescente, ProJovem Trabalhador e ProJovem Urbano.

Caldart et al. (2012) apontam que, para melhorar a qualidade da Educação Básica, promover maior desempenho escolar nas classes multisseriadas e universalizar a Educação do Campo, é necessário que haja uma política nacional –articulada e permanente – que conta com financiamento adequado e adequada, simplificada e transparente gestão pública. Ademais, é imprescindível que exista a participação dos povos do campo, das comunidades indígenas e quilombolas com esses movimentos que articulam suas lutas.

Nesse contexto, foi criado o Programa Escola da Terra, instituído por meio da Portaria do Ministério da Educação nº 579 de 02 de julho de 2013, faz parte do Pronacampo, o qual estava vinculado à Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC). A implementação das ações da Escola da Terra ocorre por meio de



colaboração dos estados, municípios e instituições públicas de Ensino Superior por meio de um Termo de Adesão com o MEC (BRASIL, 2013).

O Programa ProJovem Campo ofertou escolarização e qualificação profissional aos jovens agricultores familiares, que não concluíram o Ensino Fundamental, e promove a ampliação do acesso e a qualidade da educação ofertada aos povos do campo, excluídos do processo educacional, respeitando suas características, pluralidade étnica, racial, cultural, política, econômica, geracional, territorial e produtivas dos povos do campo.

As ações do Programa aconteceram por meio do apoio à formação continuada de professores que atuam na Educação Básica, principalmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, cujas turmas geralmente são compostas por estudantes de variadas idades com salas multisseriadas de comunidades do campo, quilombolas e indígenas, fortalecendo-as como espaço de vivência cultural e social (CALDART, et al., 2012).

Hage (2014) assevera que o Programa foi fundamentado na metodologia da Pedagogia da Alternância, a qual está baseada na alternância de tempo e de local de formação, ou seja, de períodos em situação socioprofissional e em situação escolar. Além disso, a Escola da Terra também visa ao espaço pedagógico oportuno à aprendizagem e orientação do estudante.

Dessa forma, Caldart, et al. (2012) apontam que o conteúdo administrado é flexível e fluido, tendo o professor como um facilitador desse processo de aprendizado, tomando como prioridade o contexto e a realidade de cada estudante. A proposta do Programa foi oferecer recursos didáticos e pedagógicos que atendam às especificidades da formação das populações mencionadas, bem como promover monitoramento, avaliação, gestão, controle e mobilização social (BRASIL, 2013).

Quando analisamos a história, compreendemos as contradições ocorridas no percurso, das lutas pelo poder, das riquezas de uma minoria privilegiada em detrimento da pobreza e miséria de uma grande maioria, que sobreviveu às duras penas por força de seu trabalho e com pouquíssimos investimentos em educação. Nessa questão, os movimentos sociais vêm desempenhando papel fundamental para a reivindicação de direitos dessa população pobre e marginalizada.

Para Molina (2003), uma das formas de contemplar uma educação específica para o campo é privilegiando o protagonismo dos movimentos sociais ligados a ele, pois um dos objetivos da educação popular é contribuir para criar condições do povo ser sujeito do processo de produção do conhecimento e de sua própria vida. Nesse sentido, Arroyo, Caldart e Molina



(2004) afirmam que a escola se torna um espaço privilegiado para manter viva a memória dos povos, valorizando saberes e promovendo a expressão cultural onde está inserida.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo configura-se como uma pesquisa descritiva e exploratória, de abordagem qualitativa, que recorreu as legislações e literatura sobre o assunto, bem como a análise do Projeto Político Pedagógico do Programa. No que diz respeito aos objetivos, a pesquisa se caracteriza como descritiva e exploratória, pois o estudo tem a finalidade de descrever os estudos desenvolvidos sobre a temática proposta (GIL, 2002).

A metodologia utilizada buscou refletir sobre a importância de uma política pública em particular: O Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem Campo Saberes da Terra. O foco se deu na análise curricular contida no Projeto Político Pedagógico para assim evidenciar as contribuições do programa para a Educação do Campo em Mato Grosso.

Inicialmente, foi feita uma busca na literatura e legislações sobre o assunto, no intuito de levantar as informações teóricas que a sustentam. Desse modo, as leituras realizadas no decorrer da pesquisa proporcionaram uma maior compreensão da proposta do ProJovem Campo Saberes da Terra. Para esse levantamento das informações teóricas e de base legal que sustentassem a pesquisa, foram realizadas a busca nas produções de materiais existentes sobre o assunto, as leituras proporcionaram uma compreensão da proposta do ProJovem Campo Saberes da Terra enquanto política pública para a juventude do campo.

A pesquisa documental responsabilizou-se pela análise nos documentos referentes ao projeto base do programa, utilizado para atender o ProJovem Campo Saberes da Terra. Ao utilizar a pesquisa documental enquanto procedimento de pesquisa, recorreremos a explicação de Fonseca (2002, p. 32) acerca dos diferentes materiais existentes: “Recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc”.

Para o desenvolvimento e aprofundamento da pesquisa, bem como conhecer o processo histórico, sociocultural e político do Programa ProJovem Campo foram necessárias a realização de uma análise dos documentos disponíveis na Secretaria de Estado de Educação, a matriz curricular utilizada para a composição das turmas, a organização dos tempos e espaços do curso, municípios e comunidades atendidas, professores, técnicos e agrônomos envolvidos, as bases legais que sustentaram o programa no estado de Mato Grosso.



Durante o estudo, buscou-se os seguintes aspectos: histórico, concepção e orientações curriculares para as atividades didáticas do ProJovem Campo Saberes da Terra; aprofundamos no conhecimento do programa por meio do estudo detalhado do projeto base do programa e em sua proposta curricular; e, ainda as legislações levantadas para atender a educação do campo, na compreensão de como o currículo dialoga com os saberes escolares dos estudantes agricultores, por meio da leitura dos documentos.

Segundo Severino (2016), é por meio de pesquisas que se encontram soluções para os problemas existentes. Dessa forma, em suas pesquisas, autores como Moura e Possato (2012) buscaram refletir sobre a dificuldade na inserção de jovens de comunidades periféricas no mercado de trabalho, e Peripolli (2017), destaca o esvaziamento de jovens no campo e as dificuldades em implantar programas que atendam esses jovens, reafirmando iniciativas como o ProJovem Campo enquanto possibilidade de vida e de trabalho aos jovens agricultores que vivem no campo. Silvério e Isobe (2020) indicam a necessidade de formação continuada para os profissionais do campo, bem como a importância do professor para a transformação da realidade escolar, os autores trazem como proposta a busca por inovações para a educação pública do campo, enquanto escolha dos jovens de viverem com dignidade em suas comunidades.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. CAMPO SABERES DA TERRA COMO POLÍTICA PÚBLICA

O ProJovem é resultado da Política Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República, que através desta compreendeu sua criação. Inicialmente, foi instituído pela Medida Provisória nº 238/2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.557, de 05 de outubro de 2005. Dois anos após sua implantação, o Programa tornou-se referência, sendo estendido aos municípios com mais de 100 mil habitantes, por meio do Projovem Integrado, criado com quatro modalidades: Projovem Adolescente, Projovem Campo, Projovem Trabalhador e Projovem Urbano – todas modalidades com vistas à implementação de ações voltadas para a juventude (MAGALHÃES, 2014).

O ProJovem Campo – Saberes da Terra constitui-se uma das ações do Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo), que se caracteriza por ser um programa de escolarização de jovens agricultores e agricultoras familiares em nível fundamental na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), integrando qualificação social e profissional.



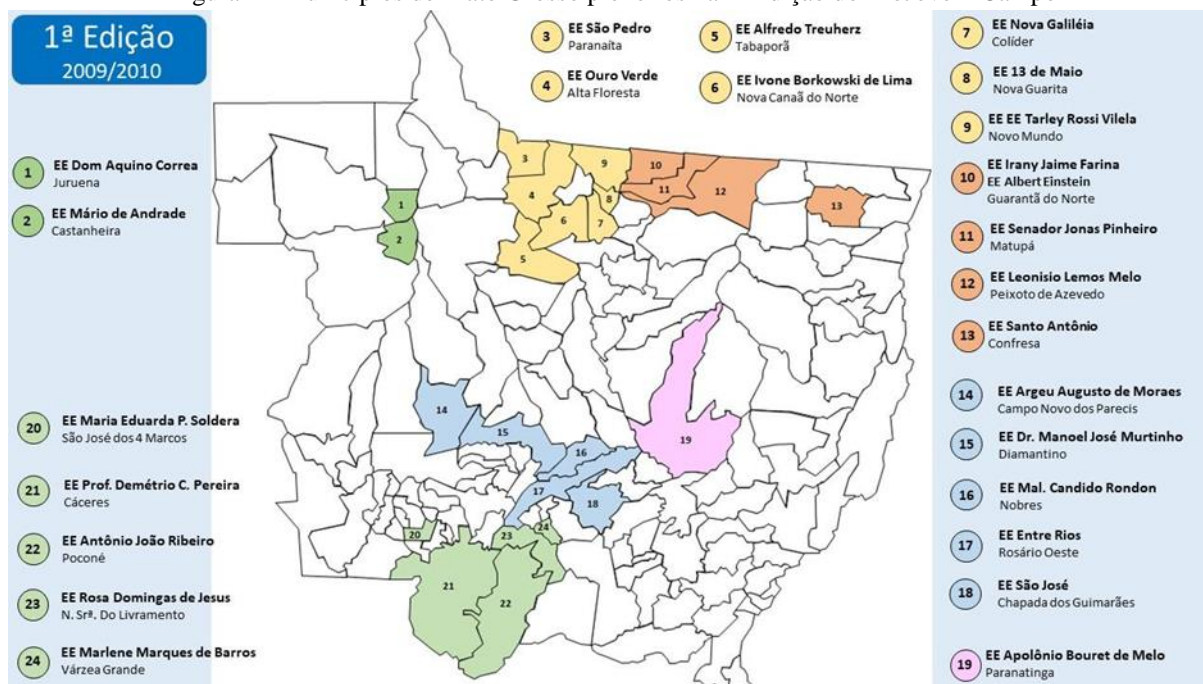
O ProJovem Campo foi parte do cumprimento e execução dos Artigos nº 28, 37 e 38 da LDB Nacional. Sabemos que os programas de governo são criados em um mandato presidencial e pode ou não ser continuado pela gestão seguinte, dependendo muito do interesse político de cada presidente, o que dá instabilidade às ações dos programas. Entretanto, eles também cumprem a função de colocar em prática o estabelecido nas leis e políticas, as quais não mudam com a alteração de governo, o que ocorreu com o ProJovem Campo em Mato Grosso, que teve sua finalização no ano de 2013, por não constituir uma política de estado e sim um programa de governo.

Nos dois primeiros anos de sua existência, o Programa Saberes da Terra atingiu a formação de jovens agricultores e agricultoras que vivem em comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, assentamentos e de pequenos agricultores. Essas experiências proporcionaram a escolarização em nível fundamental integrada à qualificação social e profissional em Agricultura Familiar e Sustentabilidade. Atualmente, o Programa Saberes da Terra integra a Política Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem, e passou a se denominar ProJovem Campo – Saberes da Terra (APOLÔNIO, 2017).

Mamoré et al. (2013) retratam o Programa ProJovem Campo, criado no governo Lula, o qual possui como princípio base a promoção de ações de educação para o público jovem do campo, e propõe a reflexão sobre os limites e possibilidades transformadoras desta política educacional, que visa contribuir para a promoção dos fundamentos de uma educação efetivamente democrática e emancipatória. Munarim (2008) corrobora para essa discussão quando discute a existência das especificidades no campo e que precisam ser consideradas pelas políticas públicas educacionais, sendo visível a luta dos sujeitos sociais coletivos do campo no sentido de construir uma identidade própria e coerente com suas necessidades.

No estado de Mato Grosso, em sua primeira edição, realizada nos anos de 2009 e 2010, 1100 jovens, de 28 municípios, foram inscritos no Programa ProJovem Campo. Na Figura 1, abaixo, percebemos a abrangência do Programa ProJovem Campo Saberes da Terra nos municípios mato-grossenses pioneiros.

Figura 1 - Municípios de Mato Grosso pioneiros na 1ª Edição do ProJovem Campo



Fonte: Dados obtidos no relatório FONEC (2012).

A formação inicial e continuada dos professores foi realizada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia/ IFMT – campus de São Vicente, parceiro na ação. Houve intensa divulgação e mobilização realizada por meio da Gerência de Educação do Campo nos municípios, a demanda pelo curso excedeu o quantitativo de vagas ofertadas em Mato Grosso. Com isso, foi necessária a ampliação do curso, com a criação de turmas paralelas, por meio da parceria entre a SEDUC/MT e as prefeituras dos municípios, para atender o público excedente. Porém, por não possuírem idade estabelecida pelo Programa, esses agricultores (as) não recebiam a bolsa de cem reais, conforme previsto na legislação.

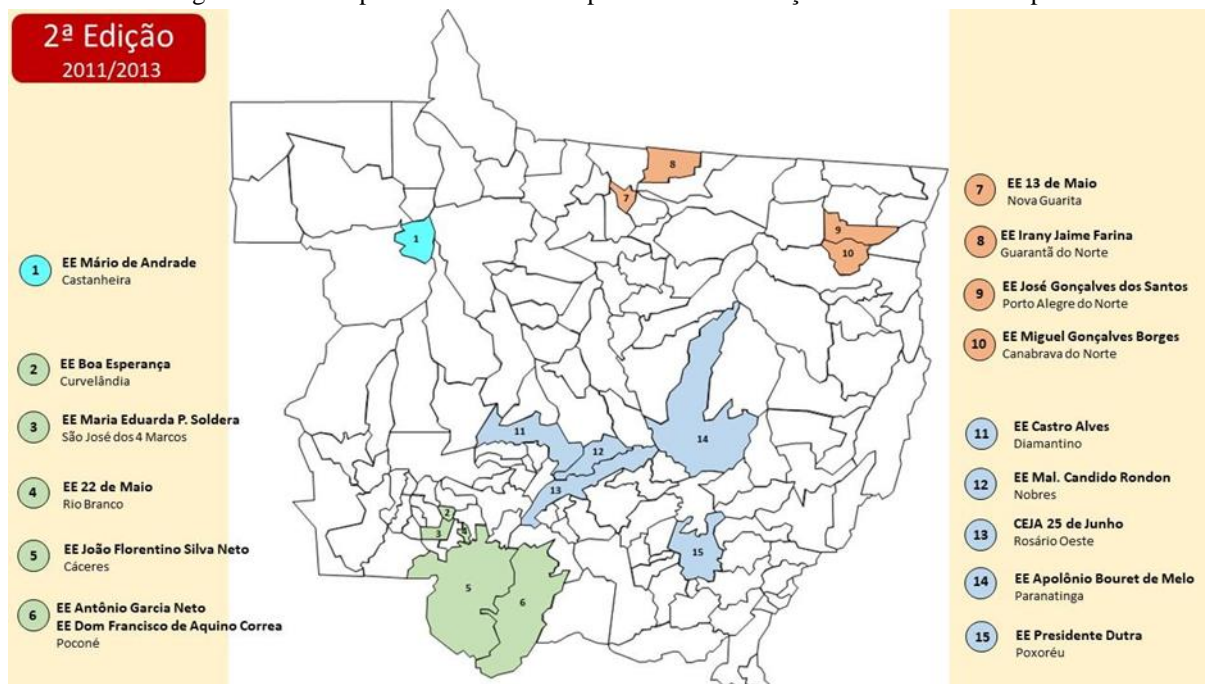
A SEDUC/MT era a responsável pela logística da aquisição e distribuição de equipamentos e demais materiais imprescindíveis à realização dos projetos nas comunidades quanto pela contratação de professores – na base curricular comum, e do profissional das Ciências Agrárias. O processo de acompanhamento das turmas do curso e a formação eram gerenciados pelo Sistema de Monitoramento e Avaliação, sob responsabilidades do IFMT, da Secretaria de Educação Continuada (SECAD) e da Coordenação Estadual.

Na segunda edição do ProJovem Campo, os trâmites quanto a inserção no Sistema de Gestão Educacional de Mato Grosso – SigEduca foram organizados. Houve a construção da matriz curricular para atendimento aos estudantes das comunidades com previsão de carga horária diferenciada, considerando a organização dos tempos e espaços, respeitando a

flexibilidade necessária da alternância, viabilizando os horários que melhor atendesse os jovens e adultos do campo. Assim, muitas turmas funcionavam aos finais de semana e com uma organização dos tempos por alternância pedagógica.

A Figura 2, a seguir, destaca os municípios atendidos pelo ProJovem Campo em sua 2ª edição no estado de Mato Grosso.

Figura 2 - Municípios de Mato Grosso pioneiros na 2ª Edição do ProJovem Campo



Fonte: Dados obtidos no relatório FONEC (2012).

A despeito das conquistas oriundas do Programa para a Educação do Campo, tanto pelas legislações, como pelas políticas públicas, a escola precisa reconsiderar sua função social, de assegurar ao estudante o direito de aprender. Contudo, esse propósito é um esforço coletivo, e que perpassa pela atuação de cada professor. O aprender na docência é resultado de um processo contínuo e permanente, que impulsiona o professor a cada vez mais buscar por formação profissional.

Senra, Sato e Quadros (2020) afirmam que o ProJovem ascendeu da necessidade de impulsionar o ensino básico da população do campo. A ampla gama de informações e riqueza de dados científicos expostos aos profissionais da educação focando em seu aperfeiçoamento, se tornou fundamento prático-teórico para a construção e contextualização do conhecimento da Educação do Campo, alinhado à Pedagogia da alternância. Nesse sentido, com a formação realizada e objetivando mostrar os resultados do aperfeiçoamento ofertado, os profissionais podem atuar de maneira direta e assertiva com os estudantes.



Silvério e Isobe (2020) indicam que é necessário o fortalecimento da formação continuada para o campo como política pública, reforçado pela ausência de comprometimento com os programas e ações voltadas à população do campo. Contudo, nos diversos cursos aplicados, é unânime que a atuação do professor é ponto crucial para a transformação escolar, ou seja, quanto maior expansão e melhorias voltados para os profissionais da educação, melhor será o desempenho nas unidades escolares. Nesse sentido, as autoras propõem a inserção imediata de inovações para a educação pública do campo, principalmente quanto à que o campo seja uma escolha a se viver, com autonomia, liberdade de produção socioeconômica, política e cultural.

Por outro lado, há de ressaltar a ainda presente dificuldade dos jovens no mercado de trabalho. Moura e Possato (2012) fazem uma reflexão sobre essa dificuldade, principalmente de jovens de comunidades periféricas, em se inserir no mercado de trabalho e quais são os impactos disso em suas vidas. A pesquisa dos autores foi realizada em uma comunidade de Ponta Grossa/PR no qual os jovens participavam de atividades do Programa. Como resultado, foi observado que o ingresso no mercado de trabalho ainda é algo muito importante para esses jovens, os quais se sentem sem perspectivas de futuro e incapazes, tendo em vista a falta de oportunidades e a crescente exigência e competitividade do mercado de trabalho.

Em sua pesquisa sobre o esvaziamento de jovens no campo, Peripolli (2017) afirma ser necessário um esforço no sentido de se implantar programas voltados aos jovens trabalhadores que vivem no campo, destacando iniciativas como o ProJovem Campo, que buscam fazer com que os jovens veem o campo como uma possibilidade de vida e trabalho.

A questão recorrente trazida no estudo de Peripolli (2017), é um processo histórico que tem expulsado os jovens trabalhadores do campo, principalmente nas áreas mais distantes dos centros urbanos, como os assentamentos da reforma agrária.

4.2. ANÁLISE DO CURRÍCULO DESENVOLVIDO NO PROJÓVEM CAMPO SABERES DA TERRA

Na análise do Projeto Político Pedagógico, construído pelo MEC, edição 2009, via SECAD para o ProJovem Campo Saberes da Terra, foram desenvolvidas em três etapas: 1º) análise do eixo central que norteia o Programa e seus eixos articuladores; 2º) análise dos princípios políticos pedagógicos do Programa; e 3º) análise da proposta curricular.



4.2.1. 1º) EIXO CENTRAL QUE ARTICULA OS DEMAIS EIXOS TEMÁTICOS DO PROJÓVEM CAMPO

O projeto possui como eixo central a Agricultura Familiar, que articula todos os outros eixos temáticos do Programa. A Agricultura Familiar, dentro da proposta do ProJovem Campo, segundo o conceito do MEC, por meio da SAF/MDA, compreende como um modelo de produção (cultivo, extração e/ou beneficiamento) que se destina prioritariamente ao sustento da própria família e o excedente é comercializado, contribuindo para a criação de uma atividade econômica fundamental para o desenvolvimento socioeconômico do campo e do país”. (BRASIL, 2009, p. 17).

Outros conceitos dentro do Projeto Político Pedagógico estão permeados, como Educação do Campo, Educação de Jovens e Adultos, economia solidária, trabalho, renda e qualificação social e profissional, e desenvolvimento sustentável. Os conceitos como economia solidária e desenvolvimento sustentável sofreram críticas por estudiosos, como Oliveira (2017), que destaca conceitos que não andam em conformidade com a produção de base familiar no campo, mas para outros são conceitos possíveis quando se pensa na inserção de pequenos trabalhadores no mercado de trabalho.

A sustentabilidade é um fator essencial em todas as relações no mundo e todos sofrem com a exploração ambiental no planeta. Portanto, para garantir a proteção do meio ambiente, foi preciso estabelecer diálogos e assegurar legislações que restrinjam o avanço desenfreado sobre o meio ambiente, principalmente em relação ao sistema capitalista que tem mostrado resistência quanto à questão e à redução do lucro por conta da preservação ambiental. Oliveira (2017) aponta que nessa tentativa foram necessárias adaptações para se chegar em um consenso e alcançar equilíbrio nas questões econômicas e ecológicas do mundo.

O conceito de desenvolvimento sustentável remete ao modelo capitalista de produção. Conforme Oliveira (2017), o capital esgota as forças produtivas e os bens naturais, não deixando espaço para qualquer tipo de desenvolvimento de preservação dos recursos naturais e humanos. Dessa forma, esse conceito não ajuda a construir caminhos para a autonomia dos trabalhadores do campo.

Da mesma forma ocorre com o conceito de economia solidária. O termo economia, ao vir acompanhada do termo solidária, encobre um discurso ligado à produção camponesa e sua forma de vida. Segundo Gaiger (2003, p. 194), quanto aos conceitos de substituir o padrão de produção camponesa por uma economia solidária, em seu entendimento “não reproduz em seu



interior as relações capitalistas, pois as substitui por outras, mas tampouco elimina ou ameaça a reprodução da forma tipicamente capitalista, ao menos no horizonte por ora apreensível pelo conhecimento”.

4.2.2. 2º) PRINCÍPIOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DO PROJovem CAMPO SABERES DA TERRA

Os princípios político-pedagógicos que sustentam o ProJovem Campo Saberes da Terra, conforme estabelecido pelo MEC (BRASIL, 2009), são orientados pela Política Nacional de Educação do Campo e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. Segundo as principais diretrizes que dão rumo a proposta educativa na Educação do Campo:

- A escola formadora de sujeitos articulada a um projeto de emancipação humana;
- A valorização dos diferentes saberes no processo educativo;
- A compreensão dos tempos e espaços de formação dos sujeitos educativos;
- A escola vinculada à realidade dos sujeitos;
- A educação como estratégia para o desenvolvimento sustentável;
- A autonomia e colaboração entre os sujeitos do campo e o sistema nacional de ensino;
- O trabalho como princípio educativo;
- A pesquisa como princípio educativo.

Esses princípios nascem do engajamento dos movimentos sociais e são sistematizados em forma de documento e aprovado nas diretrizes curriculares para a Educação do Campo, importante a análise do programa enquanto política pública, pois seus princípios dão sustentabilidade a uma Diretriz que guiará a Educação do Campo em todos os seus aspectos. Caberia aqui uma análise mais profunda, para outros trabalhos, na implantação do programa em Mato Grosso, se o programa distanciou desses princípios ou não.

4.2.3. 3º) PROPOSTA CURRICULAR

O ProJovem buscou construir um currículo baseado na formação humana e o modo de produção e reprodução da vida, ou seja, nas relações sócio-históricas, políticas e culturais das comunidades do campo (BRASIL, 2009). A organização curricular pautou-se na articulação da Agricultura Familiar e Sustentabilidade, que dialoga com eixos temáticos, conforme a Figura 3.

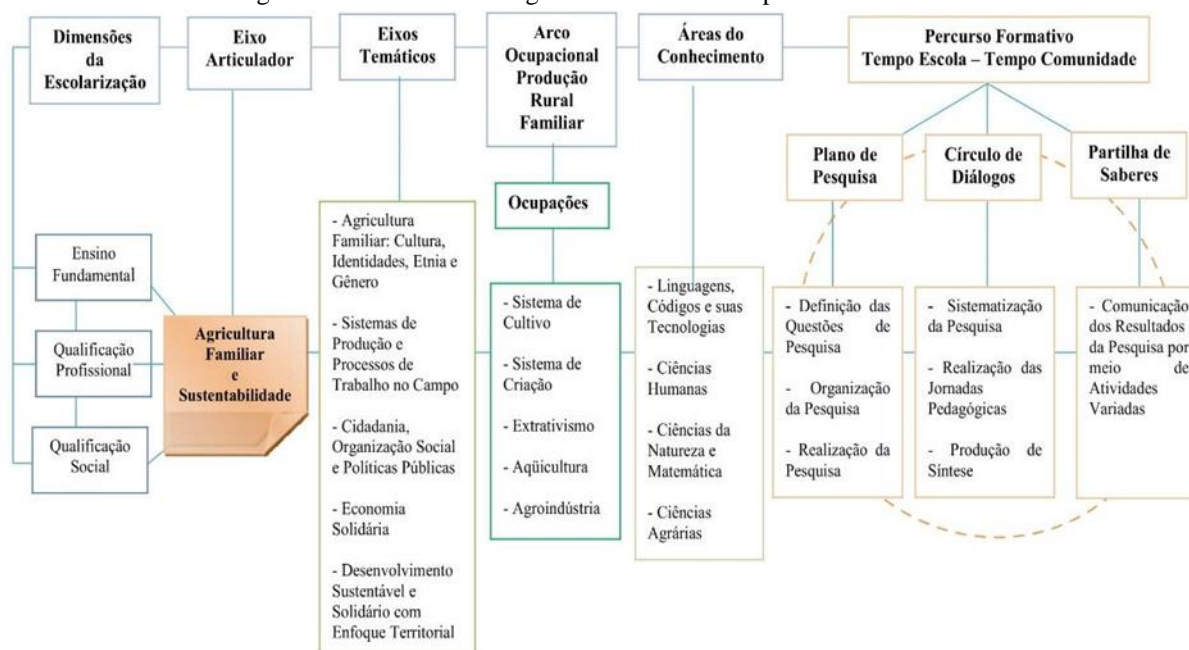
Figura 3 - Estrutura do currículo do ProJovem Campo



Fonte: Adaptado de Brasil (2008).

Conforme é possível observar na figura 3, a estrutura curricular do Programa traz como eixo central a Agricultura Familiar, integrando com os cinco eixos que se propõem construir respostas às problemáticas que envolvem cada eixo. Os eixos temáticos integrados ao eixo central também dialogam entre si e com os demais eixos, formados por: 1. Agricultura Familiar: identidade, cultura, gênero e etnia. 2. Sistemas de Produção e Processos de Trabalho no Campo. 3. Cidadania, Organização Social e Políticas Públicas. 4. Economia Solidária. 5. Desenvolvimento Sustentável e Solidário com Enfoque Territorial. A Figura 4 ilustra a organização curricular do Programa ProJovem Campo Saberes da Terra.

Figura 4 - Currículo do Programa ProJovem Campo Saberes da Terra



Fonte: Brasil (2008).



A análise do currículo do ProJovem Campo Saberes da Terra, demonstrado na figura 4, está embasada no Percurso Formativo, como um dos cadernos da Coleção de Cadernos Pedagógicos do Programa. Dessa forma, o ProJovem traz um currículo integrado, cuja centralidade está na Agricultura Familiar e Sustentabilidade, como exposto na figura 3, integrado com os eixos temáticos e inter-relacionados ao Arco Ocupacional Produção Rural e Familiar. Esses constituem a referência da qualificação social e profissional dos jovens agricultores do ProJovem Campo Saberes da Terra e traz como base técnica a Agroecologia. Segundo Caporal e Costabeber (2004), ela pode ser entendida como um enfoque científico destinado a apoiar a transição dos atuais modelos de desenvolvimento rural e de agricultura convencionais para estilos de desenvolvimento rural e de agriculturas sustentáveis.

Segundo Altieri (2001), a Agroecologia constitui um enfoque teórico e metodológico, onde diversas disciplinas científicas estudam a atividade agrária sob uma perspectiva ecológica. Enquanto Altieri (2001) destaca a Agroecologia, cuja constituição está em um campo de conhecimento que reúne várias “reflexões teóricas e avanços científicos, oriundos de distintas disciplinas”, Glieman (2000) afirma que o enfoque agroecológico pode ser definido como “a aplicação dos princípios e conceitos da Ecologia no manejo e desenho de agroecossistemas sustentáveis”, partindo do conhecimento local que, integrado ao conhecimento científico, dará lugar à construção e expansão de novos saberes socioambientais, alimentando de forma permanente o processo de transição agroecológica.

Em continuidade à análise do currículo do ProJovem Campo, sua constituição traz ocupações enfatizadas na formação dos jovens agricultores, a partir do diálogo entre os saberes populares a partir da prática produtiva e social dos sujeitos do campo e os saberes científicos, gerados por meio de pesquisa, da reflexão e registro, com objetivo de produzir novos saberes. Os saberes integrados, nessa perspectiva, constituem o diálogo entre saberes populares e os saberes científicos, combinando conteúdo da escolarização e da formação profissional. Dessa forma, contempla-se os conhecimentos essenciais a serem enfocados no currículo integrado.

Resumindo, a perspectiva do Programa ProJovem Campo – Saberes da Terra é constituir um processo formativo capaz de possibilitar a compreensão sistemática das situações vivenciadas no campo com o objetivo de transformar essa realidade, por meio de uma qualificação social e formação profissional comprometida com a realidade vivida por esses jovens agricultores e, conseqüentemente, sua formação humana, por meio de um local sustentável e solidário.



A Pedagogia da Alternância, que é desenvolvida pelos períodos alternados de formação na escola e na família, ou seja, reconhecendo o tempo escola e o tempo comunidade, é considerada matriz pedagógica de organização dos tempos e dos espaços para realizar o processo de ensino e aprendizagem.

Quanto às exigências legais da duração do ano letivo, o tempo escola e o tempo comunidade integram os períodos vivenciados (escola) e no meio socioprofissional (família/comunidade), considerando como dias e horas letivos atividades desenvolvidas fora da sala de aula, mas executadas dentro do Plano de Estudo de cada estudante.

Já evidenciamos neste texto que a Pedagogia da Alternância cumpre os dispositivos da Lei nº 9.394/96 quando analisados em conjunto. Inclusive, quanto à duração do ano letivo anual em dias e quanto a duração em horas e os pareceres do CNE/CEB nº 05/97 e nº 10/2005 também são esclarecedores em sua interpretação, quando o Conselho Nacional de Educação faz uso de suas funções normativas e de supervisão (§ 1º do artigo 9º da LDBEN) e, de modo especial, o Parecer CNE/CEB nº 30/2001 e a Resolução CNE/CEB nº 1/2002, que “institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo”.

Nessa proposta é interessante que as comunidades organizem sua Proposta Política Pedagógica atendendo os termos da LDB e a recomendação que o projeto seja submetido ao sistema de ensino do órgão competente. Percebemos a preocupação com a formação integral do estudante, quanto a contribuir positivamente para o desenvolvimento rural integrado e autossustentável, principalmente nas localidades onde a agricultura familiar está em evidência.

Quanto à organização dos tempos e espaços, o Programa ProJovem Campo Saberes da Terra conta com uma carga horária de formação de 2400 horas, desenvolvido ao longo de dois anos. Funcionando no Estado de MT em duas edições, cujo início se deu no ano de 2009 e, no ano de 2013 – o ano de finalização do Programa ProJovem Campo Saberes da Terra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo refletir sobre a importância do Programa Nacional de Inclusão de Jovens - ProJovem Campo Saberes da Terra, com base nas pesquisas documentais do ProJovem Campo, do Projeto Piloto e das legislações que estruturam o Programa a nível nacional e estadual, bem como sobre o currículo desenvolvido por essa política pública no estado de Mato Grosso, em suas duas edições.

Por meio dos documentos analisados, evidenciou-se a relevância do Programa, bem como a articulação com os aspectos históricos, a concepção e orientações curriculares para as



atividades didáticas do ProJovem Campo Saberes da Terra; de forma a aprofundar no conhecimento do programa por meio do estudo detalhado do projeto base do programa e em sua proposta curricular; tomando por base as legislações pertinentes para atender a demanda relativa a educação do campo, na compreensão de como o currículo dialoga com os saberes escolares dos estudantes agricultores, por meio da leitura dos documentos e se traduz na prática.

A contribuição deste estudo refere-se às análises realizadas nos documentos legais discutidos no texto, bem como a análise realizada pelo Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), onde há a defesa dos princípios fundamentais da proposta do Programa ProJovem Campo Saberes da Terra alinhada à Educação do Campo. Percebemos que as fragilidades analisadas criticamente pelo Seminário Nacional, ocorreram de modo muito semelhante nos estados.

O que se espera é que ocorram novas edições do programa para a efetividade de políticas públicas democráticas e transformadora da realidade educacional para os povos do campo em nosso país. Ressalta-se que os dados apresentados se referem apenas ao estado de Mato Grosso, podendo os demais estados apresentar resultados diversos do que encontramos em nossa pesquisa. Em razão disso, recomendamos outras pesquisas para verificar e aprofundar se há, ou não, afinidade dos resultados encontrados.

AGRADECIMENTOS

Ao IFMT, pela formação oportunizada com o curso de Mestrado Acadêmico em Ensino e pelo apoio financeiro para essa publicação via Edital de Pesquisa Nº 58/2023 IFMT/PROPE

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 3. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade – UFRGS, 2001.

APOLÔNIO, Elaine Aparecida de Souza. O Projovem campo saberes da terra e sua contribuição para a formação e desenvolvimento do capital social pelos jovens agricultores(as) familiares. **Temas em Educação e Saúde**, Araraquara, v.13, n. 1, p. 24-40, jan./jun. 2017. DOI: <https://doi.org/10.26673/rtes.v13.n1.jan-jun2017.3.9512>

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Monica. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 de outubro de 1988.

BRASIL. **Decreto 10.252/2020, de 21 de fevereiro de 2020**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Instituto



Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, 2020.

BRASIL. **Portaria nº 579, de 2 de julho de 2013**, institui a Escola da Terra. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 3 jul. 2013b.

BRASIL. **Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013**, Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais. Diário Oficial da União, Brasília, 2013.

BRASIL. **Projeto Base: ProJovem Campo – Saberes da Terra**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Brasília, 2009.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília, 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. **Relatório dos Programas da Coordenação Geral de Educação do Campo CGEC/2010**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/ MEC). Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC), 2010a.

BRASIL, Ministério da Educação. **Relatório Final de Gestão da Coordenação-Geral de Educação Do Campo/2010**. Brasília: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/ MEC). Coordenação Geral de Educação do Campo (CGEC), 2010b.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do Campo (verbete)**. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio G. (Orgs). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão Rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

FERREIRA, Fabiano de Jesus; BRANDÃO, Elias Canuto. Educação do campo: um olhar histórico, uma realidade concreta. **Revista Eletrônica de Educação**. Ano V, n. 09, 2011. Disponível em:

https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/educacao_do_campo_um_olhar_histrico_uma_realidade_concreta.pdf Acesso em: 20 jun. 2022.

FONEC. **Notas para análise do momento atual da Educação do Campo**. Seminário Nacional, Brasília, 2012.

FONEC. **Nota Técnica sobre o Programa “ProJovem Campo – Saberes da Terra”**. Brasília, 2012.



FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **CADERNO CRH**, Salvador, n. 39, p. 181-211, jul./dez. 2003, p. 181-211. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/18642/12016> Acesso em: 03 set. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GLIESSMAN, Stephen Richard. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2000.

HAGE, Salomão Mufarrej. Movimentos sociais do campo e educação: referências para análise de políticas públicas de educação superior. **Revista Eletrônica de Educação**, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 133–150, 2014. DOI: <https://doi.org/10.14244/198271991018>

MAGALHÃES, Vanessa Nogueira de Souza. **Análise do Projovem Urbano como política pública em educação: o caso do CEF 02 da Estrutural**. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação na Diversidade e Cidadania - EJA). Universidade de Brasília, Universidade Aberta do Brasil, Brasília, 2014. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/7780/7/2014_VanessaNogueiradeSouzaMagalhaes.pdf Acesso em: 03 set. 2022.

MAMORÉ, Luzia Nunes; *et al.* Escola pública e educação não-formal caracterizando o programa Projovem campo. **Revista HISTEDBR On-Line**, v. 13, n. 50, p. 194-208, 2013. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/educacao-no-campo/escola-publica-e-educacao-nao-formal.pdf> Acesso em: 03 set. 2022.

MOLINA, Mônica Catagna. **A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de Educação do Campo e desenvolvimento sustentável**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

MOURA, Reidy Rolim de; POSSATO, Suelen. As dificuldades de inserção no mercado de trabalho e suas repercussões na vida dos jovens: apontamentos a partir de uma experiência em comunidade periférica de Ponta Grossa-PR. **Eleuthera**, v. 7, p. 193-220, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=585961836011> Acesso em: 12 set. 2022.

MUNARIM, Antonio. **Trajatória nacional de Educação do Campo no Brasil**. Edição nº 01, v. 33, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/19> Acesso em: 12 set. 2022.

OLIVEIRA, Mara Edilara Batista de. Educação do campo como espaço em disputa: análise dos discursos do material didático do projovem campo-saberes da terra. **Educação em Revista**, v. 33, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698164131>



PERIPOLLI, Odimar João. **Amaciando a terra: colonização do Norte de Mato Grosso: o caso Projeto Casulo**. (Dissertação de Mestrado) PPGEDU. Porto Alegre, UFRGS, 2002.

SENRA, Ronaldo Eustáquio Feitoza. **Educação do Campo no IFMT - Campus São Vicente**: desafios da construção de uma educação dialógica. 2014. 216 f. Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

SENRA, Ronaldo Eustáquio Feitoza; SATO, Michele Tomoko; QUADROS, Imara Pizzato. O currículo do Projovem Campo-MT e o diálogo com a educação ambiental: desafios entre políticas e práticas camponesas. **Ambiente & Educação**, 25(2), 341–368, 2020. DOI: <https://doi.org/10.14295/ambeduc.v25i2.11200>

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVÉRIO, Leandra Domingues; ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. Educação do Campo em perspectiva: história, política pública e formação continuada de professores/as do ensino básico. **Revista Bras. De Ed. Do Campo**, 2020. DOI: <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e6894>